

Estância Turística de Tupã, 10 de Fevereiro de 2022

Notificação nº 15/2022

Ref. Protocolo 360/2022

Assunto: Autorização para extração de árvore – Execução de Replântio Obrigatório

Interessado: Edgar Rodrigues

Local: Rua Paiaquás, nº 350, Centro.

Por meio do presente, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente **NOTIFICA** o interessado, conforme referenciado, a apresentar, **no prazo de 15 dias**, contados a partir do recebimento da presente notificação, o cumprimento integral na exigência constante na Autorização para extração de árvore (em anexo), do dia 19 de Janeiro de 2022, que trata do **replântio obrigatório de 01 (um) indivíduo arbóreo** no endereço previamente indicado.

O Replântio deve atender ao estabelecido no Art. 95 do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 371/2019), sendo a nova muda de árvore deverá ser plantada respeitando-se uma distância de:

a) 4,00 (quatro) metros da esquina b) 10,00 (dez) metros de cruzamentos de vias sinalizadas por semáforo; c) 5,00 (cinco) metros para árvores de porte pequeno, e sete metros para árvores de porte médio, de postes, transformadores e da face frontal de placas de sinalização de trânsito; d) 2,00 (dois) metros de pontos de ônibus; e) 2,00 (dois) metros de caixa de inspeção e bueiros; f) 3,00 (dois) metros de hidrantes; g) 1,00 (um) metro de entradas/saídas de veículos.

II - as restrições de arborização sob a rede de fiação aérea são:

a) nas calçadas onde houver rede aérea fica permitido o plantio de espécie arbórea de pequeno porte; b) nas calçadas sem rede aérea, fica permitido o plantio de espécie arbórea de pequeno e médio porte.

Informamos que o não atendimento da presente notificação no prazo estabelecido acarretará em multa de **10 (dez) UFM** por mês de atraso e por árvore, nos termos do Art. 38 da Lei 4.638/2013 (Sistema Municipal de Arborização).



Guilherme Destro
Eng. Ambiental

Fotografia



Figura 1 – Endereço em vistoria realizada no dia 10 de Fevereiro de 2022, constando falta de replantio de árvore.

AUTORIZAÇÃO

Eu, **JOSÉ RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, declaro que fica expressamente **DEFERIDO**, o pedido de **EXTRAÇÃO** de **UM** indivíduo arbóreo, conforme solicitado pelo(a) Sr(a) Edgar Rodrigues, por meio do Protocolo 360/2022, de 17 de Janeiro de 2022, localizada no endereço Rua Paiaquás, nº 350, Centro, nesta cidade, conforme laudo em anexo.

Conforme analisado, verificou-se que o exemplar está com estado fitossanitário debilitado, estando podre em sua base, junto ao solo e também em partes do tronco. Além disso esta é uma espécie proibida de plantio, nos termos da Lei nº 4.638/2013, além de apresentar grande porte e estar plantada abaixo da fiação, devendo portanto ser substituída por um exemplar adequado ao local. Desta forma o pedido de SUPRESSÃO deve ser **DEFERIDO** para a **EXTRAÇÃO** de **UMA** unidade arbórea, conforme a Lei Nº 4.638, de 09 de Abril de 2013. Art 22 Inciso I – O estado fitossanitário justificar; Art. 17 – O plantio ou reposição de árvores deverá atender ao Artigo 99 [Art. 95 no novo plano diretor] do plano diretor, constituindo motivo para supressão de árvore o seu descumprimento. Art. 10 Nas áreas já estruturadas, as árvores existentes que apresentarem interferência com os sistemas acima mencionados, serão submetidas ao procedimento de poda ou substituição.

COMPENSAÇÃO EXIGIDA: Ao ser extraída a árvore, deve ser realizado o replantio de um exemplar arbóreo adequado no mesmo endereço, desde que não entre em conflito com o Art. 95 do Plano Diretor Municipal, nos prazos definidos na Lei Municipal 4.638/2013, sendo também necessário encaminhar fotografia comprovando o replantio ao Protocolo 360/2022.

ATENÇÃO: CABE RESSALTAR QUE É DE PLENA RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE A **DESTINAÇÃO CORRETA DOS GALHOS, TRONCO, TOCO, RAIZES E FOLHAGENS DAS ÁRVORES, AO ATERRO DO QUIXOTE, PROVENIENTES DO SERVIÇO. SOB PENA DE MULTA.**

TUPÃ, 19 DE JANEIRO DE 2022



Guilherme E. Destro
Engenheiro Ambiental

José Rodrigues
Secretário Municipal de
Agricultura e Meio Ambiente



Secretario Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Conforme a Lei Nº 4.638, de 9 de Abril de 2013, Art. 32, Deferido o pedido, o munícipe terá prazo de 06(seis) meses para efetivar a supressão da árvore e de 15 (quinze) dias, a partir da supressão, para substituição da mesma, caso assim conste da decisão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Conforme o decreto Nº 7.230 de 17 de Outubro de 2013, art. 2º, quando autorizados esses procedimentos o interessado devera contratar mão de obra de profissionais autônomos ou empresas particulares, arcando com todas as despesas decorrentes do serviço realizado.

Art. 3º Qualquer dano causado na rede elétrica, rede de água/esgoto, pavimento, passeio ou na guia e sarjeta decorrente do serviço, este deverá ser devidamente restaurado pelo autor, às suas próprias expensas.